

PROPOSTAS - EIXO 2

NACIONAIS

Democracia e Participação Popular

Ampliação da participação popular nos espaços públicos:

1. Promover formações permanentes para a participação nos grêmios estudantis. Conselhos escolares e conselhos de direitos. (Cubatão)
2. Ampliar e fortalecer os espaços democráticos de participação popular. (Cubatão)
3. Criação do Fórum Permanente de Controle Social e Participação Popular das Periferias, articulado com os conselhos municipais e estaduais de direitos. Formação de conselhos locais de monitoramento de políticas públicas. Capacitação popular sobre orçamento participativo e direitos sociais. Divulgação de informações públicas acessíveis e transparentes. (Rosa dos Ventos)
4. Oferecer capacitação continuada e bolsas de participação (transporte, internet e ajuda de custo) para representantes populares. (Sapopemba)
5. Incluir imigrantes na formulação de políticas públicas municipais. (CONDEPE)
6. Criar o Conselho Nacional de Imigrantes. (CONDEPE)
7. Estipular um dia "D" de comunicação, através de palestras, filmes, relatos, vídeos, propagandas e campanhas com o envolvimento de todas as entidades públicas e empresas devidamente cadastradas no poder público, evitando a disseminação de fake News e combatendo o discurso de ódio. (Guarujá)

Garantia da liberdade de expressão, combate às notícias falsas e ao discurso de ódio:

8. Sem propostas

Promoção da Educação e Cultura em direitos humanos:

9. Implementar na grade curricular educação permanente sobre direitos humanos. (Votuporanga)
10. Instituição de programas de incentivo à educação em direitos humanos e cultura de paz em escolas públicas e privadas, com base em conversas e acordos. (Taboão da Serra)

11. Exposição eficaz e explícita dentro das salas de aulas sobre os direitos humanos com profissionais qualificados. (São Matheus)
12. Criar um programa, em cooperação entre poder público e sociedade civil, que vincule ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que inclua no currículo escolar o ensino de democracia e educação política; direitos humanos; educação midiática; e, educação ambiental, e que fortaleça e amplie os espaços de participação institucional e popular. (São Paulo)
13. Inclusão sistemática da Educação em Direitos Humanos nos currículos escolares, abrangendo todas as etapas da formação — da Educação Infantil ao Ensino Superior — com conteúdo que promovam valores como respeito, igualdade, solidariedade e justiça social. • A proposta visa formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar de forma ética e responsável na sociedade. • Os conteúdos devem ser transversalizados nas disciplinas e contemplar temas como diversidade, combate à discriminação, cultura de paz e participação democrática. (Itaim Paulista)
14. Garantir e monitorar a inclusão de conteúdos sobre história, línguas e culturas indígenas no Plano Nacional de Educação, com formação de professores e envolvimento de lideranças indígenas locais. (Bauru)
15. Estimular a divulgação da educação em Direitos Humanos a partir da estrutura do Ministério da Educação e do Ministério de Direitos Humanos. (Bauru)
16. Promoção de campanhas de conscientização nas escolas, por meio de palestras interativas, rodas de conversa, debates temáticos e atividades lúdicas e criativas, com foco na formação cidadã e no engajamento dos estudantes. (Itaim Paulista)
17. Implementar e promover a formação em Direitos Humanos para toda a sociedade civil, com o objetivo de gerar comprometimento e consciência social na luta e defesa desses direitos. (Francisco Morato)
18. Fazer um programa de escuta para as famílias, serem ouvidas e orientadas com um material já existente de direitos humanos a nível estadual e federal. (Guarujá)
19. Implantação de programas estruturados de mediação de conflitos no ambiente escolar, com formação de estudantes como mediadores capacitados para promover o diálogo, a empatia e a resolução pacífica de divergências. • Os programas devem incluir oficinas, treinamentos e acompanhamento contínuo, com apoio de profissionais especializados em mediação e psicologia educacional. • Os estudantes mediadores atuam como facilitadores em situações de conflito entre colegas, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, justo e

- colaborativo. • A iniciativa fortalece habilidades socioemocionais como escuta ativa, respeito mútuo, responsabilidade e liderança. (Itaim Paulista)
20. Garantir campanhas de informação sobre direitos, mediação de conflitos e apoio à regularização de documentos, promovendo a efetiva inclusão social e a defesa dos direitos fundamentais. (São Matheus)
 21. Estabelecer políticas nacionais e locais voltadas à promoção da cultura de paz, da não violência e da resolução pacífica de conflitos, com enfoque em direitos humanos (Votuporanga)
 22. Instituir um sistema de emissão e acesso à quaisquer documentos civis básicos (RG, CPF, certidão de nascimento, diplomas de ensino médio, superior, técnico etc.), atuando em parceria com cartórios, Defensoria Pública, órgãos de assistência social e MEC, como requisito fundamental para inclusão cidadã. (OAB)
 23. Adotar critérios transparentes e técnicos para a nomeação, promoção e remoção de agentes públicos, com base no mérito e na integridade e criar programas de formação inicial e continuada com base em normas internacionais de direitos humanos (Votuporanga)
 24. Formação Continuada de Educadores e Funcionários Capacitação em protocolos de segurança escolar. Treinamentos em mediação de conflitos e práticas restaurativas. Promoção de uma cultura escolar baseada na cooperação e no respeito (São Paulo- Brasília- Fábrica de Cultura).

Memória, Verdade e Justiça de Transição:

25. É importante preservar a memória e verdade histórica para que não se repita, tal pensamento vai de encontro com a ideia de Edmund Bruke "O povo que não conhece sua História está fadado a repeti-la.", tal ideia é de suma importância para preservar sua história e cultura e assim garantir o bom funcionamento da cidade e de seu povo, que irá se reconhecer no espaço tempo. (Guarujá)

Fortalecimento da democracia e do Estado de Direito:

26. Ter uma parceria, patrocínios com público/privado para divulgação a respeito dos direitos humanos para darmos visibilidade pelos meios principais de comunicação do município. (Guarujá)

Regulamentação da Internet e da Inteligência Artificial:

27. Construir política nacional e municipal de letramento digital e de regulamentação das Mídias e IA. (Cubatão)
28. Criar legislações e parcerias que ampliem a responsabilidade das plataformas digitais na proteção da infância e adolescência (Bauru)

Transparência e Controle Social:

Sem propostas

Direito à Memória e à Verdade:

29. Estabelecer políticas de memória para a valorização do legado da população africana e afro-brasileira do Vale do Paraíba. (Vale do Paraíba)
30. Criação do Programa “Memória Viva da Periferia”, destinado à preservação, registro e valorização da história dos territórios periféricos, suas lideranças, movimentos e expressões culturais. Implantar centros de memória comunitária e museus locais. Apoiar produções audiovisuais e publicações sobre a história das periferias. Criar editais públicos para jovens historiadores e artistas periféricos. (Itaim Paulista)

Violência Institucional e Vítimas do Estado:

Sem propostas

ESTADUAL

Democracia e Participação Popular

Ampliação da participação popular nos espaços públicos:

31. Ampliar e fortalecer os espaços democráticos de participação popular (Cubatão).
32. Implementar o programa “Conselhos Vivos”, fortalecendo conselhos municipais e estaduais de habitação e direitos humanos (São Paulo-Sapopemba).
33. Adotar cotas territoriais e étnico-raciais nas delegações municipais e estaduais, garantindo representação de grupos marginalizados (São Paulo-Sapopemba).
34. Criar plataforma digital pública, acessível e transparente, para submissão de propostas e acompanhamento de encaminhamentos (São Paulo-Sapopemba).
35. Oferecer capacitação continuada e bolsas de participação (transporte, internet e ajuda de custo) para representantes populares (São Paulo-Sapopemba).
36. Incluir imigrantes na formulação de políticas públicas municipais (Condepe).
37. Criar o Conselho Nacional de Imigrantes (Condepe).
38. Criação do Fórum Permanente de Controle Social e Participação Popular das Periferias, articulado com os conselhos municipais e estaduais de direitos. Formação de conselhos locais de monitoramento de políticas públicas. Capacitação popular sobre orçamento participativo e direitos sociais. Divulgação de informações públicas acessíveis e transparentes (Rosa dos Ventos).

Garantia da liberdade de expressão, combate às notícias falsas e ao discurso de ódio:

39. Estipular um dia "D" de comunicação, através de palestras, filmes, relatos, vídeos, propagandas e campanhas com o envolvimento de todas as entidades públicas e empresas devidamente cadastradas no poder público, evitando a disseminação de fake News e combatendo o discurso de ódio (Guarujá).

40. Desenvolver programa de combate à desinformação local, com redes de checagem comunitária e oficinas em escolas e rádios comunitárias (São Paulo- Sapopemba).

Promoção da Educação e Cultura em direitos humanos:

41. Implementar na grade curricular educação permanente sobre direitos humanos (Votuporanga).
42. Instituir no currículo escolar a formação em direitos humanos e para a democracia (Cubatão).
43. Implementar e promover a formação em Direitos Humanos para toda a sociedade civil, com o objetivo de gerar comprometimento e consciência social na luta e defesa desses direitos (Francisco Morato).
44. Criar plataformas digitais de Direitos Humanos (Francisco Morato).
45. Fazer um programa de escuta para as famílias, serem ouvidas e orientadas com um material já existente de direitos humanos a nível estadual e federal.
Ter uma parceria, patrocínios com público/privado para divulgação a respeito dos direitos humanos para darmos visibilidade pelos meios principais de comunicação do município (Guarujá).
46. Instituição de programas de incentivo à educação em direitos humanos e cultura de paz em escolas públicas e privadas, com base em conversas e acordos (Guarujá).
47. Exposição eficaz e explícita dentro das salas de aulas sobre os direitos humanos com profissionais qualificados (São Paulo- São Mateus).
48. Melhora nas disciplinas escolares e estímulo dos alunos (São Paulo- São Mateus).
49. Garantir campanhas de informação sobre direitos, mediação de conflitos e apoio à regularização de documentos, promovendo a efetiva inclusão social e a defesa dos direitos fundamentais (São Paulo- São Mateus).
50. Criar um programa, em cooperação entre poder público e sociedade civil, que vincule ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que inclua no currículo escolar o ensino de democracia e educação política; direitos humanos; educação midiática; e, educação ambiental, e que fortaleça e amplie os espaços de participação institucional e popular (São Paulo).
51. Rever o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, abrangendo os vários níveis educacionais (Bauru).
52. Garantir e monitorar a inclusão de conteúdos sobre história, línguas e culturas indígenas no Plano Estadual de Educação, com formação de professores e envolvimento de lideranças indígenas locais (Bauru).
53. Implementar um plano estadual de segurança escolar que envolva equipes multiprofissionais (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e

conselheiros tutelares etc.) prevenção ao bullying, às drogas e as violências (sexual, doméstica, psicológica etc.), além da inserção da educação sexual integral como ferramenta de proteção, autonomia e respeito à diversidade (Bauru).

54. Incluir no Plano Estadual de Educação, a Conscientização Global Campanhas e programas educativos permanentes para escolas, universidades e serviços públicos, abordando direitos humanos universais, diversidade, combate à xenofobia e promoção da cultura de paz (Bauru).
55. Implementação pelo Governo Estadual nas Escolas Estaduais do Plano Estadual de Direitos Humanos elaborado e aprovado pelo CONDEPE e já entregue ao referido Governo (Bauru).
56. Instituir um sistema de emissão e acesso à quaisquer documentos civis básicos (RG, CPF, certidão de nascimento, diplomas de ensino médio, superior, técnico etc.), atuando em parceria com cartórios, Defensoria Pública, órgãos de assistência social e MEC, como requisito fundamental para inclusão cidadã (OAB).
57. Criação de um programa educativo com o tema "Envelhecimento" nas escolas ou outras instituições, com o objetivo de promover o respeito e a valorização da pessoa idosa (Campinas).
58. Capacitação aos professores sobre direitos da população PCD e como lidar com alunos com deficiência (São Vicente).
59. Inclusão sistemática da Educação em Direitos Humanos nos currículos escolares, abrangendo todas as etapas da formação — da Educação Infantil ao Ensino Superior — com conteúdos que promovam valores como respeito, igualdade, solidariedade e justiça social. • A proposta visa formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar de forma ética e responsável na sociedade. • Os conteúdos devem ser transversalizados nas disciplinas e contemplar temas como diversidade, combate à discriminação, cultura de paz e participação democrática (São Paulo- Itaim Paulista).
60. Promoção de campanhas de conscientização nas escolas, por meio de palestras interativas, rodas de conversa, debates temáticos e atividades lúdicas e criativas, com foco na formação cidadã e no engajamento dos estudantes (São Paulo- Itaim Paulista).
61. Implantação de programas estruturados de mediação de conflitos no ambiente escolar, com formação de estudantes como mediadores capacitados para promover o diálogo, a empatia e a resolução pacífica de divergências. • Os programas devem incluir oficinas, treinamentos e acompanhamento contínuo, com apoio de profissionais especializados em mediação e psicologia educacional. • Os estudantes mediadores atuam como facilitadores em situações de conflito entre colegas, contribuindo

para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, justo e colaborativo. • A iniciativa fortalece habilidades socioemocionais como escuta ativa, respeito mútuo, responsabilidade e liderança (São Paulo- Itaim Paulista).

62. Implementar formação de educadores populares em comunidades periféricas, indígenas, ribeirinhas, LGBTQIA+ e população em situação de rua (Condepe).)

63. Formação Continuada de Educadores e Funcionários Capacitação em protocolos de segurança escolar. Treinamentos em mediação de conflitos e práticas restaurativas. Promoção de uma cultura escolar baseada na cooperação e no respeito (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).

Memória, Verdade e Justiça de Transição:

64. Criação e fortalecimento dos conselhos de direitos humanos (Votuporanga).

65. Criação do fundo financeiro municipal e estadual para o conselho de direitos humanos (Votuporanga).

66. Promover formações permanentes para a participação nos grêmios estudantis. Conselhos escolares e conselhos de direitos (Cubatão).

67. Os conselhos municipais podem ser mais fortes e atuantes trabalhando com foco no cumprimento efetivo de leis já existentes em todas as esferas governamentais (Guarujá).

Fortalecimento da democracia e do Estado de Direito:

68. Estabelecer políticas de memória para a valorização do legado da população africana e afro-brasileira do Vale do Paraíba (Vale do Paraíba).

69. Criar um Memorial e um Centro de Pesquisa para estudar e levantar a história Indígena, Africana e Afro-brasileira do Vale do Paraíba (Vale do Paraíba).

70. Criação do Programa “Memória Viva da Periferia”, destinado à preservação, registro e valorização da história dos territórios periféricos, suas lideranças, movimentos e expressões culturais. Implantar centros de memória comunitária e museus locais. Apoiar produções audiovisuais e publicações sobre a história das periferias. Criar editais públicos para jovens historiadores e artistas periféricos (Rosa dos Ventos).

Regulamentação da Internet e da Inteligência Artificial:

Sem propostas

Transparência e Controle Social:

Sem propostas

Direito à Memória e à Verdade:

Sem propostas

Violência Institucional e Vítimas do Estado:

Sem propostas

MUNICIPAIS

Democracia e Participação Popular

Ampliação da participação popular nos espaços públicos:

71. Ampliar e fortalecer os espaços democráticos de participação popular. (Cubatão)
72. Aumento de áreas públicas de lazer e com estrutura adequada, principalmente nas periferias. (São Matheus)
73. Melhorar a estrutura dos bairros periféricos (asfalto de qualidade; iluminação das vias e acessibilidade). (São Matheus)
74. Transformar conselhos em instâncias deliberativas estratégicas, com maior poder de decisão e articulação intersetorial, retomando a política pública de transformar as coordenadorias em secretarias, visando a garantia de dotação orçamentária e autonomia de atuação, em especial o CMPIR, CLGBTI e Mulheres, realizando plenárias interconselhos que estão sob o acompanhamento da SMDHC, de forma semestral, com vias a estabelecer debates na área de Direitos Humanos e descentralizar os conselhos. (São Paulo)
75. Ampliar a quantidade de bibliotecas comunitárias e programas de incentivo à leitura, priorizando crianças em áreas vulneráveis e estimulando habilidades cognitivas e criativas. (Bauru)
76. Adotar cotas territoriais e étnico-raciais nas delegações municipais e estaduais, garantindo representação de grupos marginalizados. (Sapopemba)
77. Oferecer capacitação continuada e bolsas de participação (transporte, internet e ajuda de custo) para representantes populares. (Sapopemba)
78. Criar plataforma digital pública, acessível e transparente, para submissão de propostas e acompanhamento de encaminhamentos. (Sapopemba)
79. Desenvolver programa de combate à desinformação local, com redes de checagem comunitária e oficinas em escolas e rádios comunitárias. (Sapopemba)

80. Incentivo às brigadas populares. Maior incentivo à estrutura de trabalho dos bombeiros. (Campinas)
81. Implementação de formação continuada para supervisores/as, educadores/as, famílias e comunidade escolar em educação, cultura de paz e antirracistas. (Itaim Paulista)
82. Implantação de programas estruturados de mediação de conflitos no ambiente escolar, com formação de estudantes como mediadores capacitados para promover o diálogo, a empatia e a resolução pacífica de divergências. • Os programas devem incluir oficinas, treinamentos e acompanhamento contínuo, com apoio de profissionais especializados em mediação e psicologia educacional. • Os estudantes mediadores atuam como facilitadores em situações de conflito entre colegas, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, justo e colaborativo. • A iniciativa fortalece habilidades socioemocionais como escuta ativa, respeito mútuo, responsabilidade e liderança. (Itaim Paulista)
83. Inclusão sistemática da Educação em Direitos Humanos nos currículos escolares, abrangendo todas as etapas da formação — da Educação Infantil ao Ensino Superior — com conteúdo que promovam valores como respeito, igualdade, solidariedade e justiça social. • A proposta visa formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar de forma ética e responsável na sociedade. • Os conteúdos devem ser transversalizados nas disciplinas e contemplar temas como diversidade, combate à discriminação, cultura de paz e participação democrática. (Itaim Paulista)
84. Desenvolvimento de mecanismos eficazes de diagnóstico, monitoramento e articulação de estratégias integradas — em âmbito municipal, estadual e nacional — para prevenir, identificar e enfrentar todas as formas de violência e violações aos direitos humanos. • As ações devem envolver órgãos públicos, instituições de ensino, sociedade civil e redes de proteção, garantindo respostas rápidas e coordenadas. • É essencial a criação de indicadores, bancos de dados e protocolos de atendimento que assegurem transparência, efetividade e respeito às vítimas. (Itaim Paulista)
85. Criação do Fórum Permanente de Controle Social e Participação Popular das Periferias, articulado com os conselhos municipais e estaduais de direitos. Formação de conselhos locais de monitoramento de políticas públicas. (Rosa dos Eventos)

Garantia da liberdade de expressão, combate às notícias falsas e ao discurso de ódio:

Sem propostas

Promoção da Educação e Cultura em direitos humanos:

86. Educação continuada em direitos humanos para secretarias municipais e sociedade civil. (Votuporanga)
87. Instituir programa de acessibilidade de informação para população em geral e nas escolas sobre Direitos Humanos. (Cubatão)
88. Promover formações permanentes para a participação nos grêmios estudantis. Conselhos escolares e conselhos de direitos. (Cubatão)
89. Criar um programa de educação permanente em direitos humanos, nas escolas, serviços públicos, segurança pública com destaque para a polícia militar, com foco na prevenção da violência relacionada ao: racismo, intolerância religiosa, LGBTI+, bullying, e demais violações de direitos, discriminação, preconceito, no sentido de fomentar a necessidade de se falar dessa temática para evitar retrocessos aos direitos humanos. (Francisco Morato)
90. Implementar e promover a formação em Direitos Humanos para toda a sociedade civil, com o objetivo de gerar comprometimento e consciência social na luta e defesa desses direitos. (Francisco Morato)
91. Criar plataformas digitais de Direitos Humanos. (Francisco Morato)
92. Caravana da cidadania com projetos de informação e conscientização nas comunidades sobre a importância dos direitos humanos, participação social nas consultas e decisões públicas. (Taboão da Serra)
93. Capacitação de servidores municipais em formação cidadã com ênfase em democracia, direitos humanos, combate a desinformação, uso responsável das redes sociais e inteligência artificial. (Taboão da Serra)
94. Exposição eficaz e explícita dentro das salas de aulas sobre os direitos humanos com profissionais qualificados. (São Matheus)
95. Melhora nas disciplinas escolares e estímulo dos alunos, (São Matheus)
96. Capacitação e sensibilização sobre educação para Direitos Humanos para servidores, agentes ou prestadores de serviços que atendam direta ou indiretamente a população migrante e refugiada, principalmente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. (OAB)
97. Criação de um programa educativo com o tema "Envelhecimento" nas escolas ou outras instituições, com o objetivo de promover o respeito e a valorização da pessoa idosa. (Campinas)
98. Capacitar servidores públicos em direitos humanos, com atendimento intercultural e bilíngue. (CONDEPE)
99. Formação Continuada de Educadores e Funcionários Capacitação em protocolos de segurança escolar. Treinamentos em mediação de conflitos e práticas restaurativas. Promoção de uma cultura escolar baseada na cooperação e no respeito (São Paulo- Brasília- Fábrica de Cultura).

Memória, Verdade e Justiça de Transição:

Sem propostas

Fortalecimento da democracia e do Estado de Direito:

Sem propostas

Regulamentação da Internet e da Inteligência Artificial:

Sem propostas

Transparência e Controle Social:

Sem propostas

Direito à Memória e à Verdade:

Sem propostas

Violência Institucional e Vítimas do Estado:

Sem propostas